

PGR pede ao Supremo aval para investigar ministro da Educação

SUSPEITA DE IRREGULARIDADES

Aras pede ao STF inquérito sobre ação de gabinete paralelo no MEC

O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) abertura de investigação contra o ministro da Educação, Milton Ribeiro, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, servidores e prefeitos envolvidos em suspeita de irregularidades no MEC.

A solicitação tem como base representações de parlamentares a partir de série de reportagens na imprensa que revelou a existência de um gabinete paralelo e a cobrança de propina em dinheiro e até um quilo de ouro de prefeitos em troca de recursos para a construção de creches e escolas.

Segundo o prefeito do município de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB), Arilton, em troca de conseguir a liberação de recursos para construção de escolas e creches, solicitou R\$ 15 mil antecipados para protocolar demandas da prefeitura e mais um quilo de ouro depois do repasse da verba.

A avaliação dos integrantes da Procuradoria-Geral da República

(PGR) é de que a maior parte das denúncias deverá ser analisada pela primeira instância no Distrito Federal, sobretudo as acusações de improbidade.

TCU

Já o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem fiscalização extraordinária em todos os convênios do MEC. A proposta foi feita pelo ministro Vital do Rêgo, que viu "contexto de indícios de irregularidades", segundo apuração do jornal Folha de S.Paulo. A investigação será focada em transferências voluntárias e de assistências técnica e financeira.

Na última terça-feira, diversos parlamentares de oposição acionaram a PGR e outras instâncias do Ministério Público (MP), como a Procuradoria da República no Distrito Federal, para cobrar investigações que levem à responsabilização dos pastores, do ministro e do presidente Jair Bolsonaro, tido como o responsável

por abrir as portas do MEC para as lideranças religiosas.

Os deputados Kim Kataguiri (União Brasil-SP) e Túlio Gadêlha (PDT-PE) acionaram a PGR com requerimentos pela abertura de investigação contra Ribeiro por suspeita de prática dos crimes de responsabilidade e de improbidade ao conferir poderes institucionais a pastores sem cargos públicos. O pedetista ainda protocolou requerimento de convocação do ministro da Educação para prestar esclarecimentos no plenário da Câmara.

Além do pedido de investigação encaminhado por Aras ao STF, a liderança da minoria na Câmara e o senador Fabiano Contarato (PT-ES) acionaram a Suprema Corte cobrando providências contra o esquema de controle da agenda e dos recursos do MEC. O inquérito solicitado pelo procurador-geral deve ser distribuído por prevenção à ministra Cármen Lúcia, que relata outros processos com o mesmo tema.

Ontem, Ribeiro ligou para o presidente da Comissão de Educação do Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), e acertou sua ida ao colegiado na terça-feira. Senadores querem explicações sobre a atuação dos pastores.

A comissão deve votar requerimento hoje para convocar o ministro a prestar esclarecimentos. Diante do movimento, o chefe da pasta se antecipou ao concordar com a ida ao Congresso, o que pode transformar a votação em um convite. Ainda assim, o Senado pressiona Ribeiro a dar explicações e crítica a ausência de igualdade no tratamento das políticas do ministério.

Em reunião da Frente Parlamentar Evangélica, na noite de terça-feira, houve falta de consenso. Uma ala defende posicionamento duro e cobra a saída de Ribeiro da Esplanada. No entanto, outros parlamentares adotam mais cautela e querem dar a chance de o ministro se explicar melhor sobre o assunto.

Denúncia e encontros

Em entrevista à CNN Brasil, ontem, o ministro da Educação Milton Ribeiro admitiu que teve conhecimento de "conversas estranhas" do pastor Arilton Moura, envolvendo recursos do ministério. Ribeiro disse que recebeu denúncia anônima sobre pedido de dinheiro feito pelo pastor em troca de benefícios no MEC em agosto de 2021 e relatou o caso à Controladoria-Geral da União (CGU). Foi aberta investigação sigilosa no órgão no mês seguinte.

O ministro confirmou que, mesmo após receber a denúncia, seguiu recebendo o pastor dentro do MEC, mas alegou que deixou de participar de agendas externas com ele. Levantamento feito pelo jornal Estadão mostrou, no entanto, que o ministro teve cinco agendas com o pastor no MEC e ao menos duas fora da pasta.

Entenda a situação**GABINETE PARALELO**

- Sem vínculos com o setor de ensino e sem possuir cargo público, um grupo de pastores é suspeito de comandar a agenda do ministro Milton Ribeiro, da Educação, formando espécie de "gabinete paralelo" que interfere na liberação de recursos e influencia diretamente as ações da pasta.
- O esquema foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo no dia 18 de março.

- O grupo é capitaneado pelos pastores Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, e Arilton Moura, assessor de assuntos políticos da entidade.
- Eles conquistaram acesso ao Executivo ainda em 2019, antes mesmo da chegada de Ribeiro ao ministério, são próximos da família Bolsonaro e têm trânsito livre no governo.

- Os pastores agem como lobistas, atuando para liberar e/ou acelerar o empenho de recursos a municípios.

AGILIDADE

- Usualmente, a destinação de verbas para uma prefeitura é processo burocrático e demorado. Com a ajuda dos pastores, contudo, certos municípios conseguiram a liberação em tempo recorde. Prefeitos do PP, do PL e do Republicanos têm preferência para conseguir a ajuda dos pastores.

- Essas legendas integram o centrão. O bloco de partidos é justamente o que comanda o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

ÁUDIOVAZADO

- Em conversa gravada, Ribeiro admitiu que prioriza o atendimento a prefeitos que chegam ao MEC por meio dos pastores Gilmar e Arilton. Falando a dirigentes municipais dentro do ministério, Ribeiro disse que segue ordem do presidente Jair Bolsonaro.

- "Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar (Santos)", diz ele. Arilton e Santos estavam presentes na reunião. "A minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar", ironizou, em gravação divulgada pelo jornal Folha de S.Paulo.
- Após divulgação do áudio, Ribeiro negou que Bolsonaro fez a solicitação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Seção:** Suspeita de Irregularidades **Página:** 12